

RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.612 - RJ (2017/0014194-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : BANCO SANTANDER S/A
ADVOGADO : MARIA RITA FERRAGUT - SP128779
RECORRENTE : ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A
RECORRENTE : BOZANO SIMONSEN S/A-DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VAL
ADVOGADO : MARIA RITA FERRAGUT - SP128779
RECORRENTE : SANTANDER BANESPA COMPANHIA DE ARRENDAMENTO
MERCANTIL
RECORRENTE : BOZANO SIMONSEN S/A CORRETORA DE CAMBIO E VALORES
ADVOGADOS : MARIA RITA FERRAGUT - SP128779
GABRIEL LUIZ JUNQUEIRA PEDRAS JUNIOR E OUTRO(S) -
RJ071952
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por BANCO SANTANDER S/A e OUTROS, em 28/08/2012, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"QUESTÃO DE ORDEM ACOLHIDA PARA RETIFICAR O JULGAMENTO. PROVIDA A APELAÇÃO DA UNIÃO E APELAÇÃO DO BANCO SANTANDER S/A E OUTROS.

1. A Questão de Ordem serve tão somente para Ementa, que, uma vez provida a apelação da RESULTADO DO PREJUDICADA A consignar, na União, resta PREJUDICADA a apelação do Banco Santander S/A E Outros.

2. Deve ser corrigido, portanto, o resultado do julgamento, para fazer constar na ementa o provimento à apelação da UNIÃO, para anular a decisão dos embargos de declaração e determinar o retorno dos autos à vara de origem e para julgar prejudicada a apelação do Banco Santander S/A e Outros.

3. Questão de ordem acolhida" (fl. 269e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, a existência de dissenso pretoriano e ofensa aos arts. 463, II, 535, I, e 536 do CPC/73.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"De tal sorte, a cassação da sentença, ao fundamento de que a recorrida deveria ter sido ouvida antes do julgamento dos embargos declaratórios opostos à sentença, importa frontal violação aos artigos 463, II, 535, I, e 536 do CPC. A anulação proclamada pelo acórdão

recorrido contraria esses dispositivos porque a atribuição de efeitos modificativos aos embargos não está condicionada à intimação do embargado.

Realmente, a oitiva do embargado não se faz mesmo necessária, exceto quando se suscita, por meio dos embargos de declaração, matéria não suscitada pelas partes e, portanto, não submetida ao contraditório. E essa, como deflui de superficial leitura dos embargos de declaração opostos em primeira instância, não é a hipótese dos autos. O que neles se discutiu é do amplo conhecimento dos litigantes. As contradições que renderam ensejo à oposição do recurso emergem de questões sobre as quais as partes se manifestaram no curso da lide, expondo as suas teses.

Indiscutível, pois, a violação aos referidos dispositivos da lei processual, a justificar o conhecimento e provimento do presente recurso" (fl. 282e).

Requer-se, por fim, "que essa Egrégia Turma, cujos d. suplementos se invocam, conheça do recurso e lhe dê provimento para, rejeitando a preliminar de nulidade deduzida em grau de apelação, determinar ao Tribunal de origem prossiga no julgamento da apelação, examinando a matéria de mérito que lhe foi devolvida" (fl. 287e).

Contrarrazões às fls. 315/320e.

Recurso Especial admitido (fls. 328/329e).

O presente recurso não merece prosperar.

Pacífica – e já antiga – a jurisprudência do STJ no sentido de que é nula decisão que dá provimento a Embargos de Declaração, com eficácia infringente, sem prévia oitiva da parte contrária.

Senão, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. INTIMAÇÃO DO PARTE ADVERSA. NECESSIDADE. NULIDADE DO ACÓRDÃO REGIONAL.

1. **Conforme jurisprudência pacífica desta Corte Superior, a atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração supõe a prévia intimação da contraparte; sem o contraditório, o respectivo julgamento padece de nulidade absoluta.**

2. 'In casu', entendeu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que 'o CPC e o RITJMG não prevêm a abertura de vistas às partes, em embargos declaratórios, mesmo que possam assumir o caráter de infringência'.

3. Recurso ordinário em mandado de segurança provido para anular o acórdão que julgou os embargos de declaração, para que novo

julgamento daquele seja levado a efeito pelo juízo 'a quo', após facultar manifestação ao embargado sobre o efeito infringente pretendido.

4. Precedentes: REsp 779.004/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 3.9.2009, DJe 22.9.2009; AgRg no REsp 1.049.981/RJ, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 4.8.2009, DJe 26.8.2009.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg nos EDcl no RMS 19.354/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2011).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS COM EFEITO INFRINGENTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS EMBARGADOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. NULIDADE DO ACÓRDÃO DECRETADA.

1. É necessária a intimação prévia da parte adversa para o acolhimento de embargos declaratórios com caráter infringente.

2. Embargos de declaração acolhidos" (STJ, EDcl nos EDcl no REsp 670.137/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, DJ de 17/09/2007, p. 234).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Sem honorários. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora